Ex.mo Senhor
Presidente da Assembleia da República

Registo	**V. Ref.ª**	**Data**
I COM1XV/2025/30		12/03/2025

Assunto: Relatório de participação da Assembleia da República na 5.ª reunião interparlamentar "Avaliação das atividades da Eurojust", organizada pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu (LIBE) | 2 de dezembro de 2024 | Bruxelas

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto se envia a Vossa Excelência o relatório relativo à participação da Assembleia da República na 5.ª reunião interparlamentar "Avaliação das atividades da Eurojust", organizada pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu (LIBE), que decorreu em Bruxelas, no dia 2 de dezembro de 2024, na qual participaram as Senhoras Deputadas Eva Brás Pinho (PSD) e Ana Sofia Antunes (PS), ambas da Comissão de Assuntos Europeus, e pelo Senhor Deputado Pedro Vaz (PS), membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.
O conteúdo do presente relatório foi apresentado na reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias de 12 de março de 2025.

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente da Comissão,

Maria Paula Cardoso

(Paula Cardoso)

Anexo: Relatório

RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
NA 5.ª
REUNIÃO INTERPARLAMENTAR
"AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA EUROJUST"

Organizada pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu (LIBE), em colaboração com o Parlamento da Hungria

Bruxelas, 2 de dezembro de 2024

A Delegação da Assembleia da República foi composta pelas Senhoras Deputadas Eva Brás Pinho (PSD) e Ana Sofia Antunes (PS), ambas da Comissão de Assuntos Europeus, e pelo Senhor Deputado Pedro Vaz (PS), membro da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

O apoio foi prestado por Ricardo Pita, assessor da equipa de apoio à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e por Bruno Dias Pinheiro, Representante da Assembleia da República junto das instituições da União Europeia.

Da agenda da reunião, constavam os seguintes pontos:

- 15:00 às 15:15 Boas-vindas e discurso de abertura
- 15:15 às 15:30 Discurso principal
- 15:30 às 16:20 Sessão I - Relatório anual e perspetivas futuras
- 16:20 às 17:05 Sessão II - Contribuição da Eurojust para a luta contra o crime organizado e o tráfico de droga
- 17:05 às 17:50 Sessão III - Respostas da Eurojust à guerra na Ucrânia

De acordo com o artigo 85(1) do Tratado de Funcionamento da União Europeia e o artigo 67(3) do Regulamento (UE) 2018/1727 sobre a Agência da União Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust), o Presidente da Eurojust comparece uma vez por ano para a avaliação conjunta das atividades da Eurojust pelo Parlamento Europeu e pelos parlamentos nacionais, no âmbito de uma reunião de comissão interparlamentar, para discutir as atividades atuais da Agência e apresentar o seu relatório anual.

Como consequência da guerra na Ucrânia, o Regulamento Eurojust foi alterado com novas disposições, fornecendo-lhe capacidade para armazenar, analisar e compartilhar provas sobre crimes internacionais, cujo resultado é o estabelecimento do Banco de Dados de Provas de Crimes Internacionais. Além de estabelecer uma Equipa de Investigação Conjunta com a Ucrânia, seis Estados-Membros da UE e o Tribunal Penal Internacional, o Centro Internacional para a Acusação do Crime de Agressão contra a Ucrânia foi criado dentro da Eurojust. As respostas da Agência à guerra foram, portanto, um dos principais focos 5.ª reunião interparlamentar para avaliação das atividades da Eurojust.

Além disso, o crime organizado e, em particular, o tráfico de droga é uma das ameaças de segurança mais sérias que a Europa enfrenta atualmente. A situação tem vindo a agravar-se, com um aumento sem precedentes de drogas ilícitas disponíveis na Europa. O tráfico de droga continua a ser uma das principais atividades geradoras de lucro para a criminalidade organizada. Deste modo, tem sido um dos principais crimes tratados pela Eurojust e também foi objeto de discussão durante a reunião.

Boas-vindas e discurso de abertura

A reunião foi aberta por **Javier Zarzalejos, Presidente da Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE)**, que deu as boas-vindas aos Deputados dos parlamentos nacionais e recordou um conjunto de indicações práticas para o bom funcionamento da reunião. Lembrou a base legal para a realização da reunião interparlamentar de avaliação das atividades da Eurojust e deu nota de que a mesma se realizava anualmente desde 2019. Enfatizou que o número de processos tratados pela Eurojust estava a aumentar todos os anos, com especial enfoque para os relativos a crimes transnacionais, designadamente, branqueamento de capitais e tráfico de droga. Sublinhou também o papel da Agência na luta judicial contra a guerra na Ucrânia. Terminou a sua intervenção mencionando os pontos que constavam da agenda da reunião.

Seguiu-se a intervenção de **László Vigh, Vice-Presidente da Comissão de Justiça do Parlamento húngaro**, que referiu que tinha sido estabelecida como prioridade o reforço da segurança na União Europeia e o aumento da troca de informações em matéria penal. De igual modo, procedeu à revisão histórica da atividade da atividade da Eurojust e da colaboração desta com a Europol, realçando a necessidade do reforço tecnológico e do envolvimento das autoridades nacionais para aumentar a eficácia da colaboração entre Agências. Sublinhou a disponibilidade das autoridades judiciárias húngaras para colaborarem com as autoridades judiciárias dos restantes Estados-membros.

Michael McGrath, Comissário europeu para a Democracia, Justiça, Estado de Direito e Defesa do Consumidor, enfatizou o papel da Eurojust e recordou os grandes números desta organização no tocante ao número de detenções e ativos apreendidos, apoiando a luta contra o crime dos Estados-membros. Realçou o papel da Eurojust na responsabilização da Rússia por crimes transnacionais. Deu nota da utilização que a criminalidade organizada transfronteiriça fazia dos avanços tecnológicos e do medo que induzia na sociedade, recordando que uma das prioridades do seu mandato seria o reforço da Eurojust para que fizesse da Europa um continente mais seguro, garantindo justiça para todos os cidadãos. Nessa sequência, deu exemplos de sucesso da cooperação entre autoridades judiciárias e policiais de diversos Estados-membros.

Referiu que a cooperação judiciária beneficiaria das novas potencialidades da inteligência artificial, salientando a necessidade de alteração do regulamento da Eurojust para que a ação da Agência fosse mais eficaz. Mencionou que seria necessário detetar e colmatar as lacunas de cooperação entre a Eurojust e a Europol para que pudessem dar melhor apoio aos Estados-membros na luta contra o crime organizado. Nesse sentido, sublinhou que o combate eficaz à criminalidade transfronteiriça dependia também do aprofundamento da relação com países que não eram membros da União Europeia, referindo exemplos de países terceiros com os quais já tinham sido firmados acordos de cooperação judiciária, revelando a intenção de alargar tal modelo a mais Estados que não integravam a União Europeia.

Sessão I - Relatório anual e perspetivas futuras

Na Sessão I - *Relatório anual e perspetivas futuras*, coube a **Michael Schmid, presidente da Eurojust**, apresentar o relatório de atividades da Eurojust. Recordou que era a primeira vez que apresentava o relatório, após ter sido eleito presidente da Eurojust recentemente. Referiu que, entre 2018 e 2023, o número de investigações em que a Eurojust tinha apoiado as autoridades nacionais tinha duplicado, ultrapassando os 13000 casos em 2023, o que demonstrava a importância da colaboração da Eurojust com os Estados-membros. Sublinhou que os casos investigados em 2023 envolviam 375000 vítimas. Deu nota de que a Eurojust tinha coordenado mais de 2000 intervenções rápidas. Como resultados das atividades da Eurojust tinham sido detidos 4249 suspeitos e congelados mais de 1100 milhões de euros em ativos financeiros. Destacou que foi apreendida droga no valor de 25000 milhões de euros. Revelou as 3 principais áreas de atividade da Eurojust, designadamente: a responsabilização pelos crimes cometidos na guerra na Ucrânia, tendo como corolários a criação da Banco de Dados de Provas de Crimes Internacionais e a criação do Centro Internacional para a Acusação do Crime de Agressão contra a Ucrânia; a criação do sistema criminal digital, para melhoria do sistema de gestão de casos; por último, deu nota de que tinham aumentado os casos de tráfico de migrantes, crimes económicos e cibercriminalidade com intervenção da Agência . No âmbito das perspetivas futuras da Eurojust, notou que as prioridades passavam pela cada vez maior digitalização da Eurojust tendo em vista o aumento da respetiva eficácia, a continuação da responsabilização pelos crimes

cometidos na guerra da Ucrânia, o fortalecimento de parcerias externas com Estados terceiros e a melhoria dos recursos ao dispor da Eurojust.

No período destinado a intervenções dos Eurodeputados, usaram da palavra Giuseppe Antoci, Krzysztof Brejza, Saskia Bricmont, Veronika Cifrová Ostrihoňová, Fabrice Leggeri, e Sandro Ruotolo.

Pelos parlamentos nacionais, intervieram os seguintes Deputados: Rik Janssen (Países Baixos), Lazros Tsavdaridis (Gécia), Stephan Mayer (Dinamarca), Ciro Maschio (Itália) e Daniel Florea (Roménia).

Neste momento de debate, foram colocadas questões relacionadas com o aumento da eficácia da Eurojust, combate ao tráfico de migrantes e drogas, assim como à cibercriminalidade, tendo Michael Schmid respondido às questões suscitadas.

Sessão II - Contribuição da Eurojust para a luta contra o crime organizado e o tráfico de droga

Javier Zarzalejos, Presidente da LIBE, introduziu a Sessão II - *Contribuição da Eurojust para a luta contra o crime organizado e o tráfico de droga*, referindo que a Eurojust tinha intervindo em 2400 casos em 2023 e que se tratava de uma dimensão da criminalidade organizada que implicava cooperação além das fronteiras da União Europeia.

Boštjan Škrlec, Vice-Presidente da Eurojust, considerou que a criminalidade organizada era uma das maiores ameaças para a estabilidade da União Europeia, porquanto fazia aumentar a insegurança dos cidadãos e diminuir a confiança no Estado de direito e nas instituições. Realçou que se estimava que a criminalidade organizada gerava cerca de 139 mil milhões de euros em fundos e explorava negócios legítimos para branquear os seus capitais. Afirmou que 13% da criminalidade organizada usava a corrupção para deturpar o sistema de justiça. Sublinhou que, em 2023, a Eurojust lidou com 1000 casos de criminalidade organizada, sendo que esta estava associada a crimes contra a propriedade, branqueamento de capitais, tráfico de seres humanos, roubo e fraude. Considerou que o tráfico de droga era um dos crimes mais destrutivos

e lucrativos da criminalidade organizada. Ressalvou que se tratava de um crime com impacto sobre a sociedade, as famílias e a economia. Seguidamente, procedeu à reprodução de um vídeo que enquadrava o papel da Eurojust e de Estados terceiros no combate a este fenómeno. Retomando o uso da palavra, Boštjan Škrlec salientou que o número de casos de tráfico de droga tinha duplicado desde 2020, recordando uma operação ocorrida em 2023 contra uma das mais poderosas redes de tráfico de droga. Realçou que tinha sido lançada a Rede Judiciária Europeia contra a Criminalidade Organizada, que se concentrava no combate ao tráfico de droga através dos portos e outras plataformas, cujo objetivo era o de os magistrados se interconectarem e desenvolverem estratégias para que os desafios legais pudessem ser enfrentados. A referida Rede serviria também para a conceção de legislação relativa ao crime organizado. Notou os benefícios para o combate à criminalidade da cooperação com a Europol e deu exemplos concretos.

José de la Mata Amaya, membro do Colégio da Eurojust e Presidente do Conselho das Relações com os Parceiros, realçou que a chave para o sucesso contra o tráfico de droga seria a cooperação com os países que não pertenciam à União Europeia. Referiu que a Eurojust tinha uma rede global de pontos de contacto em 70 jurisdições e que tinham projetos para consolidar a cooperação com mais países. Disse que também pretendiam criar acordos internacionais para um conjunto vasto de países terceiros, os quais seriam negociados pela União Europeia com o apoio da Eurojust, sendo que tais acordos permitiriam aos Estados ter magistrados de ligação na Eurojust. Deu nota de que os magistrados de ligação permitiram tratar mais de 700 casos relacionados com tráfico de droga. Relembrou os acordos de cooperação judiciária firmados com um conjunto de países da América do Sul, os quais foram acompanhados por uma declaração comum que realçava a vontade dos Estados de combaterem conjuntamente com a Eurojust a criminalidade organizada. Referiu a eficácia de *El Pacto*, um programa financiado para combater os crimes transfronteiriços em países da América do Sul e das Caraíbas. Terminou a sua intervenção sublinhando os resultados de casos de cooperação bilateral e multilateral.

De seguida, intervieram os seguintes Eurodeputados: Krzysztof Brejza, Saskia Bricmont, Evin Incir, Billy Kelleher e Malika Sorel, bem como os seguintes Deputados dos parlamentos nacionais: Erika Sterfani (Itália), Eva Biaudet (Finlândia), Elhadj

Moussa Diallo (Bélgica), Theofilos Xanthopoulos (Grécia), Magdalena Komes (Hungria), Carla Giuliano (Itália), Andrej Poglajen (Eslovénia), Liliana Tanguy (França), Julius Sabatauskas (Lituânia), Patryk Gabriel (Polónia) e Walter Verini (Itália).

Neste momento de debate, foram suscitadas questões e formuladas observações, maioritariamente sobre a defesa cibernética da União Europeia, os processos de investigação de tráfico de drogas e de seres humanos e o carácter transfronteiriço destes crimes, tendo Boštjan Škrlec e José de la Mata Amaya respondido às perguntas colocadas.

Sessão III - Respostas da Eurojust à guerra na Ucrânia

A Sessão III - *Respostas da Eurojust à guerra na Ucrânia*, foi aberta pelo Presidente da LIBE, que deu referiu que a Eurojust continuou a prestar apoio à equipa de investigação de crimes internacionais perpetrados na Ucrânia e acolhia o Centro Internacional para a Acusação do Crime de Agressão contra a Ucrânia.

Margarita Šniutytė-Daugėlienė, Vice-Presidente da Eurojust, referiu que a guerra na Ucrânia tinha mudado a visão do mundo e também a forma de operar da Eurojust. Apresentou os membros da equipa de investigação conjunta dos crimes internacionais ocorridos na Ucrânia, que permitia a troca direta de informação e provas entre os parceiros e conduzirem operações conjuntas em investigações complexas. Disse que, em fevereiro de 2024, os membros da equipa acordaram prolongar a cooperação durante mais dois anos e reforçar a investigação aos crimes de tortura e maus tratos. Explicou os elementos que compunham e como funcionava a Banco de Dados de Provas de Crimes Internacionais, bem como as mais-valias da mesma.

Myroslava Krasnoborova, magistrada de ligação da Ucrânia na Eurojust, explicou a finalidade e o funcionamento do Centro Internacional para a Acusação do Crime de Agressão contra a Ucrânia. Lembrou que desde a invasão pela Rússia tinham debatido a necessidade de julgamento pelos crimes de agressão e lamentou que o Tribunal Penal Internacional não tivesse podido julgar os referidos crimes. Nesse sentido, a criação do Centro Internacional para a Acusação do Crime de Agressão contra a Ucrânia tinha uma missão clara: recolher, documentar e analisar provas do crime de agressão, bem como

estabelecer uma estratégia única de investigação. O Centro tinha igualmente como finalidade preservar as provas para um eventual julgamento.

As intervenções dos Eurodeputados ficaram a cargo de Saskia Bricmont, Rasa Juknevičienė, Fabrice Leggeri e Malika Sorel, bem como os seguintes Deputados dos parlamentos nacionais, usaram da palavra Julius Sabatauskas (Lituânia) e Pihla Keto-Huovinen (Finlândia).

Neste momento de debate, foram suscitadas questões e formuladas observações, maioritariamente sobre a necessidades de esforços conjuntos na recolha de provas e a forma do Centro Internacional para a Acusação do Crime de Agressão contra a Ucrânia recolher também provas de crimes de guerra, tendo Margarita Šniutytė-Daugėlienė e Myroslava Krasnoborova a respondido às questões colocadas.

Discursos de encerramento

László Vigh, Vice-Presidente da Comissão de Justiça do Parlamento húngaro, agradeceu as reflexões sobre as temáticas da reunião interparlamentar e reiterou a necessidade de se combater várias dimensões da criminalidade organizada. Recordou também que para analisar a guerra na Ucrânia era necessário conhecer e compreender a evolução histórica daquela região. Terminou a sua intervenção, apelando a um cessar-fogo imediato na Ucrânia.

Javier Zarzalejos, Presidente da LIBE, referiu que a reunião tinha permitido conhecer melhor o combate à criminalidade organizada conduzido pela Eurojust, o aumento do número de casos em que intervinha e a necessidade de se incrementar a digitalização daquela organização. Saudou o facto de a Eurojust e da equipa de investigação conjunta continuar a apoiar a investigação dos crimes cometidos na Ucrânia e manifestou a disponibilidade para a LIBE continuar a apoiar o incremento da eficiência da Eurojust.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias

Assembleia da República, 2 de dezembro de 2025

A Chefe da Delegação,

(Eva Brás Pinho)

Deputada da Comissão de Assuntos Europeus